

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Jéssica da Silva Duarte

Trabalho de Conclusão de Curso

**AS ELEIÇÕES DE 2008 E 2012 EM PORTO ALEGRE NA PERSPECTIVA DO
COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS GAÚCHOS**

Porto Alegre, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Jéssica da Silva Duarte

Trabalho de Conclusão de Curso

**AS ELEIÇÕES DE 2008 E 2012 EM PORTO ALEGRE NA PERSPECTIVA DO
COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS GAÚCHOS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
em Bacharel em Ciências Sociais na Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: **Professora Dra. Maria Izabel Noll.**

Banca Examinadora: **Professora Dra. Silvana
Krause e Professor Dr. André Marengo.**

Porto Alegre, 2013.

Dedico aos meus pais, Eni Duarte e Antonio Carlos Duarte, à minha irmã, Sabrina Duarte e ao Cilon Perusato, por todo o apoio, paciência e carinho dados a mim em todo o tempo.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Eni Duarte e Antonio Carlos Duarte, pelo constante apoio e incentivo, por terem acreditado em mim desde o início e por terem me ensinado a lutar pelos meus sonhos sempre dando o melhor de mim. Agradeço à minha irmã, Sabrina Duarte, por ser a minha melhor amiga e por me dar suporte nos momentos difíceis com toda a paciência e amor possível. Agradeço ao meu namorado,

Cilon Perusato, por estar ao lado em todos os momentos, me motivando e compartilhando comigo todos os momentos bons e também os momentos ruins e fazendo com que essa caminhada fosse muito mais agradável. Agradeço à toda a minha família, por terem sido a base da minha fé e da minha serenidade, em especial às minhas avós, Tania Duarte e Amedorina Maria da Silva. Agradeço à minha avó de coração, Maria de Jesus Ferreira por ter me dado todo o amparo e acolhida durante esse tempo. Agradeço aos meus amigos, por terem compreendido as minhas ausências e por terem me cedido seu tempo e seus ouvidos para me ouvir falar de todas as minhas angústias e de toda a minha paixão pela Ciência Política. À Scarlet Carvalho, William Pires, Robert Guterres, Rangel Baldasso, Otávio Menezes, Douglas Machado, Gustavo Rodrigues e Bruno Mello Souza.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos os órgãos apoiadores e financiadores, pela infraestrutura e incentivo. Agradeço a todos os mestres que contribuíram para a minha formação. Agradeço ao professor Eduardo Sarturi, pela sua dedicação enquanto docente e por ter realizado o meu encontro com as Ciências Sociais. Agradeço aos professores André Marengo, Carlos Schmidt Arturi e Rodrigo González, por, ao longo dessa experiência acadêmica, terem feito com que eu me apaixonasse pela Ciência Política. Agradeço, especialmente, à minha orientadora Maria Izabel Noll, por ter segurado a minha mão ao longo de todo esse processo, sendo uma grande mestra, cientista, pesquisadora e amiga.

A todos que contribuíram de alguma forma durante esse processo, muito obrigada.

“Um monte de pedras deixa de ser um monte de pedras no momento em que um único homem o contempla, nascendo dentro dele a imagem de uma catedral.”

Antoine de Saint-Exupéry

Resumo

A análise acerca do comportamento eleitoral constitui uma importante área de pesquisa da Ciência Política, amplamente desenvolvida por autores como Marcello Baquero, Marcus Figueiredo, Fábio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos, Hégio Trindade, Izabel Noll, André Marengo, Lúcio Rennó, Leônidas Xausa, Francisco Ferraz e outros. A problemática e as motivações que envolvem a escolha do voto despertam especial interesse. Neste sentido, o que proponho discutir é como se comporta o eleitor de Porto Alegre, utilizando como método principal a comparação entre as eleições municipais de 2008 e 2012 em Porto Alegre. O objetivo geral desta pesquisa é analisar o voto do eleitor portoalegrense comparando os resultados eleitorais e tomando como base o padrão encontrado na tradição política, histórica e social do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos do estudo são: analisar as coligações partidárias em 2008 e 2012, comparar o voto dos partidos de esquerda nas duas eleições e verificar o desempenho eleitoral dos partidos para a Câmara Municipal.

Palavras-chave: Eleições, partidos, município.

Abstract

The analysis about voting behavior is an important research area of Political Science, largely developed by authors such as Marcello Baquero, Fábio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos, Hégio Trindade, Izabel Noll, André Marengo, Lucio Renno, Leonidas Xausa, Francisco Ferraz and others. The motivations and all issues that are involved in voting decisions arouse special interest. Hence, I propose to discuss how voters of Porto Alegre behave, especially by comparing the municipal elections of 2008 and 2012 in Porto Alegre. The main goal of this research is to analyze how the people of Porto Alegre vote, comparing both election results while also connecting this with the political, historical and social traditions of Rio Grande do Sul. The specific objectives of this study are to analyze the party coalitions in 2008 and 2012, compare the vote of the leftist parties in both elections and verify the electoral performance of the political parties for the City Council.

Key words: Elections, parties, counties.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1 A TRAJETÓRIA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO ESTADO.....	15
1.1 PERÍODO IMPERIAL: O OSTRACISMO POLÍTICO.....	15
1.2 PERÍODO REPUBLICANO.....	17
1.3 O RIO GRANDE DO SUL E A ERA VARGAS	18
1.4 FASE BIPARTIDÁRIA – REGIME MILITAR	21
1.5 FASE MULTIPARTIDÁRIA – DEMOCRACIA.....	22
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
2 PERFIL POLÍTICO ELEITORAL DE PORTO ALEGRE:	23
2.1 REVISÃO HISTÓRICA DO QUADRO POLÍTICO PARTIDÁRIO DE PORTO ALEGRE.....	23
2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
3 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008 EM PORTO ALEGRE:	27
3.1 O SUCESSO DA CAMPANHA FOGAÇA	31
3.2 OS ERROS DA OPOSIÇÃO.....	33
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
4 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012 EM PORTO ALEGRE:	34
4.1 O SUCESSO DA CAMPANHA FORTUNATTI	38
4.2 OS ERROS DA OPOSIÇÃO	39
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
CONCLUSÃO:	42
BIBLIOGRAFIA:.....	46

Índice de Figuras

FIGURA 1: TABELA 1.2-1 DOMINAÇÃO PARTIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL.....	20
FIGURA 2: GRÁFICO 2.1.1 - CÂMARA DE VEREADORES- 194 NÚMERO DE CADEIRAS POR PARTIDO	24
FIGURA 3: TABELA 2.1.2 – ELEIÇÃO PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE - QUADRO COMPARATIVO.....	24
FIGURA 4: TABELA 2.2.1 – PREFEITOS ELEITOS EM PORTO ALEGRE APÓS O REGIME MILITAR.....	27
FIGURA 5: TABELA 3.1 – PRINCIPAIS CANDIDATOS À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008.....	28
FIGURA 6: GRÁFICO 3.1 – VOTAÇÃO PARA A CÂMARA DE VEREADORES.....	29
FIGURA 7: TABELA 3.2 – VOTAÇÃO PARA PREFEITO (PRINCIPAIS CANDIDATOS).....	29
FIGURA 8: GRÁFICO 3.2 – VOTAÇÃO PARA PREFEITO (TODOS OS CANDIDATOS).....	30
FIGURA 9: GRÁFICO 3.3 – NÚMERO DE PREFEITOS ELEITOS POR PARTIDO (RIO GRANDE DO SUL).....	30
FIGURA 10: MAPA 3.1 – RESULTADO PARTIDÁRIO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL PARA O CARGO DE PREFEITO.....	31
FIGURA 11: TABELA 3.1.1 – EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO FOGAÇA.....	32
FIGURA 12: 4.1 – PRINCIPAIS CANDIDATOS À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008.....	35
FIGURA 13: GRÁFICO 4.1 – DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS CANDIDATOS À PREFEITURA NAS ELEIÇÕES DE 2012 EM PORTO ALEGRE.....	36
FIGURA 14: GRÁFICO 4.2 – VOTAÇÃO PARA A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE NAS ELEIÇÕES DE 2012.....	37
FIGURA 15: GRÁFICO 4.3 – COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES NAS ELEIÇÕES DE 2012.....	37
FIGURA 16: TABELA 4.1.1 – VOTAÇÃO PARA PREFEITO (PRINCIPAIS CANDIDATOS).....	39
FIGURA 17: 4.3.1 – DISPUTAS PARA A PREFEITURA DE PORTO ALEGRE A PARTIR DA DÉCADA DE 90.....	41

Introdução

O trabalho a seguir apresenta alguns dados referentes às eleições municipais de Porto Alegre de 2008 e 2012 com intenção de estabelecer um quadro comparativo do comportamento eleitoral entre os dois pleitos. A pesquisa terá como unidade de análise o município de Porto Alegre, levando em conta todos os seus bairros e terá por objetivo principal compreender o voto do eleitor portoalegrense. A análise dos resultados eleitorais no município de Porto Alegre em 2008 e 2012, tomará como base o padrão encontrado na tradição política, histórica e social do Rio Grande do Sul. Como referência teórica tomamos a perspectiva do institucionalismo histórico, na medida em que escolhas políticas realizadas ao longo de nossa história determinaram outras opções em um leque de possibilidades definido. O efeito da trajetória é, em nosso estudo, um caminho interessante, entre outros, a ser utilizado. Serão considerados como principais fatores: a representatividade de cada partido na Câmara Municipal ao longo da trajetória política de Porto Alegre, a representatividade dos partidos de esquerda no legislativo e principalmente o resultado das eleições de 2012 e a nova configuração estabelecida.

Primeiramente será feita uma breve revisão bibliográfica da herança histórica, política e social do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre. Partindo da análise dos padrões de comportamento do eleitorado portoalegrense, já realizados por vários autores, buscaremos fatores ou características marcantes que possam influenciar o perfil atual desse eleitorado. Para efeitos conceituais e de compreensão é necessário definir dois parâmetros utilizados: por esquerda serão compreendidos os partidos: PT, PC do B, PSOL, PDT e PSB; já como candidatos fora da dicotomia PT/Anti PT serão considerados os candidatos que não são representantes do Partido dos Trabalhadores, nem os candidatos dos partidos de oposição clara e demarcada a este, conforme a série histórica de disputas eleitorais no estado, a saber: PMDB e PSDB e, mais recentemente, o PSOL.

A análise da trajetória política do estado do Rio Grande do Sul é indispensável devido ao fato de que esta é marcada por alguns padrões eleitorais e características marcantes. A crença nas estruturas partidárias, no papel central do Estado como articulador de políticas e nos modelos associativistas são traços importantes na história política do estado (TRINDADE, 1991; NOLL, 1991; BAQUERO, 1995; MARENCO, 2009).

Outro fator determinante na formação do quadro político gaúcho é o papel dos partidos associados às ideias trabalhistas e as frentes que se opunham a este perfil partidário – Trindade (1975). Desta forma, o cruzamento dos fatores históricos com os resultados das eleições municipais de Porto Alegre de 2012 poderá permitir um delineamento do perfil do eleitorado portoalegrense. Os objetivos específicos do estudo são: analisar as coligações partidárias em 2012, comparar o voto dos partidos de esquerda nas eleições de 2012 e nas eleições anteriores – em especial a de 2008 - e verificar o desempenho eleitoral dos partidos para a Câmara Municipal.

A literatura analisada sobre o tema se concentra, fundamentalmente, em trabalhos e pesquisas que buscam descrever e/ou explicar o comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Neste sentido, é fundamental iniciar por “*Rio Grande da América do Sul*” (Trindade e Noll, 1991), visto que esta obra faz de forma objetiva e completa uma retrospectiva das eleições no estado de 1823 a 1990, estabelecendo uma análise da história partidário-eleitoral do estado do Rio Grande do Sul; possibilitando a compreensão da inter-relação entre a estrutura ideológica dos partidos e o padrão eleitoral dos gaúchos. Além desse estudo, Trindade e Noll (2005) buscaram descrever a história do parlamento gaúcho durante a hegemonia do autoritarismo castilhista, o borgismo e o crescimento da oposição do Partido Republicano Liberal, a reestruturação partidária e eleições até a constituinte estadual de 1934, contribuindo para o conhecimento das bases estruturais e políticas constitutivas do parlamento gaúcho.

Trindade (1975) faz uma análise das eleições no Rio Grande do Sul desde a fase multipartidária até a fase bipartidária, isto é, de 1950 a 1974, este estudo foi muito importante para a pesquisa aqui proposta pela metodologia utilizada e apresentada, estabelecendo dois tipos de análise: tipológica para configurar os padrões eleitorais, e ecológica para determinar a associação dos dados socioeconômicos com a preferência partidária - complementando durante todo o estudo os dados estatísticos com os dados sociais e históricos. Além desta contribuição, a forma detalhada com que descreve o comportamento eleitoral do estado em seu conjunto, apontando padrões eleitorais importantes das fases multipartidária e bipartidária. Tendo como padrões principais encontrados: 1) os bairros de população mista classe média/classe baixa, zona balneária e zonas suburbanas de vilas populares tem uma maior concentração de votos no MDB;

2) os bairros urbanos mais antigos e os bairros urbanos com preponderância de classe média tradicional registrava uma tendência de votos mais significativa à Arena; e 3) os bairros de classe média alta ou de classe alta tradicional dava um apoio mais sólido à Arena. Por fim, Trindade determina nesse artigo três traços fundamentais da política do Rio Grande do Sul: 1) Polarização das preferências eleitorais (geralmente em dois partidos ou blocos, um trabalhista e outro conservador); 2) Dificuldade – ou quase impossibilidade – do surgimento de uma terceira via no estado; 3) Dominação eleitoral do trabalhismo.

Nesta mesma perspectiva de análise comparativa do perfil político partidário gaúcho, é indiscutível a importância da obra de Xausa e Ferraz (1981)¹. Os autores fazem um estudo retrospectivo da história política do Rio Grande do Sul, dando especial enfoque ao desenvolvimento e desempenho dos partidos no estado ao longo do tempo. Com isso, se propõem a descrever os aspectos parciais mais significativos das eleições de 1966 relacionando-os com a moldura definida por eles da política partidária rio-grandense. Assim como Trindade (1981)¹, apontam como principal característica o bipartidarismo; sustentando a ideia de que ao longo de sua trajetória política, o Rio Grande do Sul sempre teve suas eleições demarcadas pela competição polarizada entre dois partidos (ou blocos), um de viés trabalhista e outro conservador liberal. Outros dois aspectos importantes ressaltados por esses autores, é a relativa estabilidade política e a correlação existente entre o desempenho dos partidos nas eleições majoritárias e nas eleições proporcionais. Deste modo, Xausa e Ferraz executam de forma muito eficiente o método retrospectivo comparativista proposto neste trabalho, servindo de modelo e referência para o mesmo.

Baquero e Prá em 1995 e 2007, desenvolvem dois sobre a formação da cultura política do Rio Grande do Sul, isto é, utilizam a análise da revisão histórica do estado para compreender os padrões de cultura política e comportamento político-eleitoral construído na região. Além disso, esses autores descrevem a relação dialética desenvolvida entre o estado e a União ao longo do tempo. Em outra perspectiva, Grill (2005) realiza uma pesquisa que caracteriza a formação e a importância do trabalhismo no Rio Grande do Sul, dando especial enfoque aos atores políticos e partidos que

¹ Ambos em Fleischer, David: “Os Partidos Políticos no Brasil”, 1981: 145-235.

consolidaram este tipo de discurso na região. Analisar o papel do trabalhismo, seus principais representantes e as bases culturais e sociais que o central no estado, é fundamental para compreender o perfil político-partidário desenvolvido na região. Em outra abordagem, Marques (1998) descreve a trajetória da esquerda no Rio Grande do Sul, isto é, a partir do seu surgimento com o partido de oposição à ditadura militar. Desde a ascensão do MDB, até o surgimento do PT como partido hegemônico, traçando, assim, um paralelo ao longo de campanhas e processos eleitorais.

Outros autores – entre os atuais, Tavares (1997) - trabalham com a temática dos padrões do sistema partidário gaúcho. De forma geral, há um consenso de que há no estado a polarização em um bipartidarismo, com uma dominação eleitoral do trabalhismo. Tavares se opõe à interpretação acadêmica tradicional ao afirmar que não houve bipartidarismo, mas sim pluripartidarismo e multipolaridade, visto que para ser bipartidário, o primeiro grande partido detém menos de 70% das cadeiras legislativas e os dois primeiros juntos detém 90% das cadeiras (Rae 1971: In Tavares 1997); além disso, segundo o mesmo autor, não houve dominação do PTB nem decadência do PSD visto que estes mantiveram uma estável e cíclica alternância no poder. Neste trabalho será utilizada a interpretação acadêmica predominante, com base na premissa de que apesar de haver diversos partidos em disputa e alternância de poder ao longo da história, a real competição político-partidária sempre ficou nucleada em torno de dois partidos principais - um trabalhista e outro que se opunha a este posicionamento ideológico - que acabavam por aglutinar os outros partidos menores em torno de si.

No que se refere à temática do eleitorado atual de Porto Alegre, se aproximam dos objetivos do estudo aqui proposto, Noll, Krause e Dias (2011) ao descreverem a lógica do eleitor portoalegrense no pleito eleitoral de 2008 para a escolha do prefeito; sua maior contribuição se deu em dois sentidos: 1) A busca de explicações e argumentos para o comportamento eleitoral teve como base a história político-eleitoral da cidade; 2) teve como objetivo a descrição dos condicionantes do voto em Porto Alegre nas eleições de 2008. Neste mesmo sentido, Marengo (2009) analisa as eleições municipais de 2008 em Porto Alegre, dividindo-a em dois tempos, primeiro e segundo turno, salientando as características singulares de cada etapa e descrevendo a dinâmica do pleito. Seu estudo revela a importância do voto retrospectivo para o eleitorado gaúcho e as raízes históricas da identidade trabalhista/anti-trabalhista no estado,

estabelecendo assim um constante diálogo entre a realidade observada nas eleições municipais em 2008 e a trajetória política e eleitoral gaúcha.

Doravante, o trabalho proposto é, a partir das contribuições dos diversos autores, traçar um desenho do perfil atual do eleitor. Faremos uma comparação entre as eleições de 2008 e 2012 no município, descrevendo as possíveis continuidades e quebras dos padrões descritos por estes autores, buscando compreender a trajetória, as tendências e o status atual do comportamento dos eleitores de Porto Alegre.

1 A Trajetória Política, Econômica e Social do Estado

“A tradição bipartidária nos aproxima do Uruguai e Argentina, a ocupação tardia nos afasta do poder central ao longo do século XIX, a experiência positivista republicana castilhistas nos coloca como modelo “sui generis”.” (Trindade; Noll, 1991: 8)

A perspectiva histórica é fundamental para a compreensão da cultura política de uma sociedade, comunidade, nação ou região, além disso se faz indispensável, também para a projeção do seu futuro social, econômico e político. *“O conhecimento histórico tem sido objeto de especial atenção de autores dedicados a recuperar o passado e a criticar o presente com especial interesse pelo futuro”* (Baquero e Prá, 2007: 95). O principal objetivo desta revisão histórica é fazer uma descrição da formação política, cultural, social e econômica do estado para que se possa analisar de que forma se construiu a tradição político-partidária do estado e de que forma esta se reflete no plano atual. Havendo uma preocupação especial em ressaltar as características intrínsecas do estado como: centralização, estrutura social simples, dicotomização das preferências partidárias, relativa estabilidade do sistema partidário, fidelidade partidária. Outro fator importante é a centralidade do papel do trabalhismo na formação política do Rio Grande do Sul. Conforme Grill (2005), existem três modalidades de reforço das ideias trabalhistas no estado: 1) a existência de heróis políticos associados aos conflitos na região da fronteira ou na Revolução Farroupilha, além dos ícones políticos trabalhistas (como Getúlio Vargas); 2) a vinda de imigrantes europeus, que trouxe para a região a ética do trabalho e 3) a forte e rápida propagação das ideias ligadas a projetos de esquerda (em especial em Porto Alegre e região metropolitana).

1.1 Período Imperial: O Ostracismo Político

Uma das marcas que diferencia a região Sul das demais regiões do país foi a sua incorporação tardia ao território nacional, o longo período de disputas entre Espanha e Portugal pelo território impedia que houvesse uma definição de seus limites (Baquero e Prá, 1995). Além disso, mesmo depois de sua incorporação, o Rio Grande do Sul continuou quase inexplorado por um século, devido ao desenvolvimento das lavouras

açucareiras no Nordeste e ao conseqüente desinteresse dos portugueses pela região. O estado só ganha realmente a atenção do Império quando passa a ser reconhecido como única fronteira viva do país, isto é, um local estratégico na manutenção do domínio sobre o Prata.

A real ocupação do território se dá de forma tardia, apenas no século XVIII. A descoberta do ouro em Minas Gerais acaba gerando um comércio de mulas e gado do Rio Grande do Sul para o sudeste do país, colocando o estado dentro do círculo comercial com São Paulo e Minas Gerais. Posteriormente há a vinda do açorianos e, mais tarde, de imigrantes europeus para o estado. Deste modo, o Rio Grande do Sul teve como base social três tipos de povos: tropeiros, açorianos e imigrantes. Dando origem, assim, à estrutura peculiar do estado: o latifúndio e a criação de gado em contraposição ao minifúndio colonial e à agricultura que produzia gêneros alimentícios e abastecia os mercados local e regional (e, mais tarde, nacional). Podem ser definidos, então, dois fatores importantes na formação do Rio Grande do Sul: a anexação lenta ao território nacional e a ocupação iniciada no Litoral devido às necessidades de negociação e transporte marítimo de gado (charque).

O estado possui três regiões bem definidas que se diferenciam econômica e culturalmente: a campanha, o litoral e a serra. A campanha e o litoral foram ocupados inicialmente e é caracterizada pelo latifúndio e pela atividade pecuária, tendo o charque como principal produto; no Litoral se localizam as três maiores cidades gaúchas: Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, a essas cidades estão associadas principalmente às atividades industriais e comerciais. A Serra pode ser definida como uma zona colonial, responsável pela diversificação econômica do estado via agricultura após a chegada de imigrantes europeus.

Como a principal preocupação do Império ao ocupar a região Sul era a proteção da região de fronteira e a manutenção da sua área de influência no Prata, foi inevitável uma militarização das suas estruturas em todos os níveis, cada proprietário era dono de um pequeno exército, gerando uma chamada “privatização da autoridade militar” (Cardoso, 1962). Trindade e Noll (1991) definem o período como de um ostracismo político, a administração do estado era comandada por grandes caudilhos, com objetivo de solidificação de fronteiras via militarização e a economia era baseada na criação de gado, charqueadas e trabalho escravo. Como as autoridades militares no Rio Grande do

Sul eram privatizadas, o império se via sempre na obrigação de ceder privilégios aos latifundiários da região, reforçando o seu status rigidamente hierárquico da sociedade e a autonomia da elite política gaúcha em relação ao poder central. Desta forma, o posto militar estava relacionado à posse de terras, à nobreza, à elite política e à honra social, caracterizando uma “estrutura de poder patrimonialista fundamentada na organização militar” (Uricoechea, 1978). A consequência disso é a coexistência de dois tipos de sociedade no estado: uma mais hierárquica formada por latifundiários nativos, peões e escravos e outra mais igualitária formada por pequenos proprietários de origem europeia; havendo predominância da primeira classe sobre a segunda².

Na década de 1890 o Rio Grande do Sul começa a receber grandes indústrias, em especial têxteis, que se colocam nas maiores cidades do estado (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande), começando um processo de modernização e urbanização, que apesar de modesto em relação às outras atividades desenvolvidas na região, já muda em muitos aspectos o quadro populacional, social e político do estado. Alonso E Bandeira (1990) afirmam que a pequena propriedade somada à agricultura diversificada e à comercialização do excedente produzido ao centro do país, gerou uma maior distribuição de renda e uma rede urbana composta de pequenos centros próximos entre si. Resultando em um contraste entre essa realidade e o regime tradicional do latifúndio pecuarista e de concentração de renda. Definindo assim o que viria a ser a configuração espacial, econômica e social do estado: Um norte economicamente mais dinâmico e diversificado e um sul de produção mais especializada e crescimento vagaroso.

1.2 Período Republicano

A mudança de regime no Brasil para república foi seguida por uma mudança radical na classe política gaúcha (Trindade e Noll, 1991). O jogo muda substancialmente com o surgimento de um novo grupo político emergente e heterogêneo, essa nova elite política irá formar o Partido Republicano no Rio Grande do Sul em 1882. Apesar de possuírem uma base conservadora em comum, a elite tradicional e essa nova força

² Para uma análise mais detalhada ver Baquero e Prá, 1995.

política irão desenvolver uma espécie de competição eleitoral muito peculiar e que diferencia o estado do resto da nação.

Joseph Love (1975) define as duas forças políticas concorrentes do período da seguinte forma: a liberal era composta por latifundiários federalistas que possuíam em seu ideário as perspectivas de fronteira e guerra, descentralização, liberdade de mercado, anti-estatismo; a autoritária: composta pelos republicanos, possuía fundamentos democráticos, mas com preservação de um governo centralizador, nacionalista, que constitui seu discurso baseado na valorização da educação e da cidadania, além disso via a revolução como algo negativo: respeitando o pressuposto positivista de que o ideal é ‘melhorar conservando’, isto é, mudar mas sem grandes perturbações. Com a reformulação política após a Proclamação da República, o Rio Grande do Sul passa a adotar o positivismo como orientação ideológica; os militares se identificavam com a filosofia positiva e, com isso, acabavam por simpatizar com o PRR; contribuindo, assim, para a construção de um regime autoritário baseado nos dogmas positivistas, caracterizado pela defesa da descentralização nacional e da centralização do poder no âmbito regional.

O PRR começa a ganhar força com o castilhismo, mas só garante suas bases com o longo mandato de Borges de Medeiros como chefe supremo dos coronéis burocratas. A partir disso, o positivismo castilhista implantado no estado se propõe a promover o progresso com manutenção da ordem, com o uso do lema “melhorar conservando” (Baquero, Prá, 1995: 31). Com isso, inicia-se o processo de expansão populacional e econômico do Rio Grande do Sul: comercialização, diversificação da economia e industrialização. O principal eixo econômico do estado passa da metade sul para a metade norte, concentrando nessa área a população e a indústria. Estas alterações no perfil da região, acaba resultando no surgimento de uma participação mais intensa da economia e da política gaúcha no cenário nacional, culminando na ascensão de Getúlio Vargas ao cenário político nacional.

1.3 O Rio Grande do Sul e a Era Vargas

Com a revolução de 30 e a chegada de Getúlio à presidência do país, há uma centralização do poder, acabando com a autonomia dos estados, essa política varguista

entra em conflito com a estrutura política do Rio Grande do Sul, que é baseada em lideranças locais e organizações partidárias regionais. Deste modo, surge a necessidade de novos arranjos que permitam uma adaptação ao novo desenho institucional. Com o objetivo de dar sustentação ao novo regime é criado um novo partido: o PRL; desarticulando o antigo sistema político-partidário e provocando cisões intrapartidárias, neste processo o PRR acaba sendo o maior afetado e perde a sua hegemonia no estado.³

Segundo Baquero e Prá (2007), o período de democratização (a partir de 1945 até a ditadura militar) no Rio Grande do Sul é caracterizado pela polarização na política rio-grandense entre os partidos alinhados ao antigo regime (Estado Novo) e os partidos que se opunham ao regime varguista, isto é, aglomerações de partidos em torno do PTB e do PSD (que, por sua vez, no plano nacional e até meados da década de 40 no estado era varguista), respectivamente. Esse ‘bipartidarismo’ se dava de forma muito equilibrada, de modo que os dois partidos se alternavam quase que de modo sistemático no poder. Em seguida à fase de democratização o PSD ocupa a maior parte do eleitorado do RS, mas logo o PTB começa a ganhar espaço (a partir de 1947).

Esse cenário político gaúcho se constitui de forma oposta à do resto do país. Enquanto no plano nacional a disputa se dava em PSD-PTB contra UDN, no Rio Grande do Sul, como a UDN tinha uma representatividade ínfima e o estado era composto por uma divisão econômica e social, a polarização se deu entre PTB X PSD. Em 1962 a Aliança Democrática popular (com os partidos opositores ao PTB) era composta por PSD, PL, UDN, PDC, PRP e PSP. Esse padrão PTB X AntiPTB é, em parte, a reprodução do sistema anterior de polarização – no Império, Conservadores X Liberais; e na República Velha, conservadores-liberais X conservadores-autoritários. Trindade (1975) define a oposição ao PTB como a “aglutinação de forças anti-PTB em torno de um PSD “udenizado”” (Trindade e Noll, 1991: 68).

Segundo Trindade e Noll (1991) que descrevem a ocupação geográfica dos partidos no estado, o PTB tinha grande representatividade na metade Sul, inclusive nas regiões pastoris e pecuaristas que estão relacionadas à economia tradicional, além desses lugares, o trabalhismo tinha força também nas áreas industriais e urbanizadas da região metropolitana de Porto Alegre. Paradoxalmente o PSD, partido definido como

³ Para maior aprofundamento neste quesito, ver Baquero e Prá (1995) e Trindade e Noll (1991).

rural no resto do país, tinha maior representatividade na parte norte do Rio Grande do Sul, que era caracterizada pela pequena propriedade e responsável pelos setores mais dinâmicos da economia estadual, além desta região, tinha ainda boa penetração no sul e na serra do sudeste. Essa situação “contraditória” tem uma explicação histórica:

“No pós-45, o PSD herda, através do Estado Novo, a classe política e a máquina partidária do antigo Partido Republicano Liberal (PRL), partido governista organizado pelo interventor Flores da Cunha, e também do PRR de Borges de Medeiros, cuja implantação política era mais forte na metade norte do Estado. O PTB, por sua vez, combina seu apelo populista com ampla penetração em zonas urbanas com as bases missionárias do varguismo, dividindo com o PSD a localização espacial da maioria do eleitorado do Rio Grande do Sul” (Trindade e Noll, 1991: 24).

Doravante, é possível destacar alguns pontos que já se colocam como fatores importantes na dinâmica política do estado e que começam a permitir que se faça um esboço do perfil político-partidário do Rio Grande do Sul. Em primeiro, destaca-se a relativa estabilidade do comportamento eleitoral do estado, ao manter o padrão de alternância entre dois partidos principais. A fidelidade partidária, neste período, sobretudo ao PSD e ao PTB. A forte tendência à polarização bipartidária de fato, que neste caso pode ser definido como: coligações nucleadas em torno de dois partidos principais. Dominação eleitoral do trabalhismo combinada ao declínio progressivo dos partidos conservadores. Em mais da metade dos municípios do estado o PTB aparece como dominante (Trindade, 1975).

Tabela 2.2-1 Dominação Partidária no Rio Grande do Sul

Partido Dominante	Nº de Municípios (absolutos)
PTB	47
PSD	9
PL	3
PRP	1
Sem dominação	31

Fonte: Trindade (1975: 164)

1.4 Fase Bipartidária – Regime Militar

Com a nova configuração partidária estabelecida no regime militar o confronto político partidário fica obrigatoriamente centralizado entre o MDB e a ARENA (partido governista) em todo o país. Este bipartidarismo oficial é determinado pela reforma do sistema partidário realizada pelos militares em 1966. No Rio Grande do Sul, a ARENA passa a cooptar a ala anti-PTB e o MDB assume a herança trabalhista. A passagem para o regime militar não muda o caráter bipartidário do estado, porém transforma a predominância que havia; enquanto o PTB dominava 54,1% dos municípios até 1962, com a reforma do sistema partidário em 1966 o MDB vai conquistar apenas 5,7% dos casos (Trindade e Noll, 1991: 89).

Deste modo o que ocorre no estado com o regime militar é uma “redefinição das forças eleitorais” (Trindade, 1975). O Regime Militar, enquanto situação, tem como objetivo travar o crescimento do populismo, por isso adoção de um novo regime partidário e regras de exceção que neutralizaram lideranças nacionais. Além disso, toma outras medidas como: a extinção das eleições para prefeitura e a indicação de interventores para os municípios da fronteira com Uruguai e Argentina, promovendo um desgaste do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Outrossim, o PTB acaba não conseguindo realizar de forma eficiente a transferência votos para o MDB.

Contudo, a análise da série de eleições durante o regime (1966/1974) realizada por Trindade (1975) mostra uma tendência de crescimento do MDB e decadência da Arena; o MDB cresce em 85,1% dos casos e a Arena decresce em 78,2%⁴, não obstante a Arena continua como partido dominante. Ainda referente a este período, é importante salientar dois aspectos peculiares da disputa entre ARENA e MDB no município de Porto Alegre: 1) Desde 1966 até 1974 o MDB é dominante; devido, principalmente, ao seu perfil urbanizado e industrial; 2) o MDB se mostra mais forte em bairros pobres ou de classe média baixa.⁵

⁴ Para mais detalhes, conferir tabela “Tendência Evolutiva dos Municípios de dominação arenista no RGS (eleições legislativas 1966/74) em Trindade, 1975: 177.

⁵ Para maior detalhamento destes dados, consultar Trindade (1975: 179-185).

1.5 Fase Multipartidária – Democracia

A reformulação partidária ocorrida em 1979 teve, dentre outros, o objetivo desarticular a oposição trabalhista que vinha crescendo no plano nacional (Baquero e Prá, 1995). Em termos estaduais, a proibição de coligações que veio junto com essa reformulação partidária, acabou por extinguir partidos pequenos fazendo com que grande parte de seus integrantes retornassem ao PMDB. Com o retorno do pluripartidarismo, volta a ser predominante o viés trabalhista, visto que o PMDB e o PDT passam a controlar 52% dos municípios, ao passo que o PDS domina menos de 10%.

Seguindo essa linha histórica é possível afirmar que a estrutura do comportamento político-eleitoral rio-grandense é mais a estabilidade do que a mudança. Autores como Baquero e Prá (2007) afirmam que a década de 90 tem como preocupação central a tentativa de consolidar a democracia no país. No Rio Grande do Sul, em nível estadual, fica clara a alternância de poder entre partidos de direita e esquerda. Já em nível municipal pela primeira vez, em 1992, um partido (o PT) consegue se consolidar e reeleger um candidato (Baquero e Prá, 1995: 50).

1.6 Considerações Finais

Após toda essa revisão histórica, é possível elencar os principais fatores que definiram a características do perfil político, cultural, econômico e social do Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, a estrutura social é simples, tendo durante muito tempo a figura do estancieiro como representante típico da sociedade. Combinado a isso, houve um forte impacto da colonização alemã e italiana na estruturação da economia do estado, e na relação desta com a economia nacional. Além destes fatores, é preciso salientar o papel do Estado altamente centralizado, com uma economia, fundamentalmente, baseada na agropecuária. A influência platina na formação política da região contribuiu para a formação de um caráter bipartidário de preferências eleitorais (Baquero e Prá, 1995: 50).

Quanto ao perfil do comportamento político eleitoral gaúcho é possível destacar alguns traços fundamentais. A dicotomização das preferências partidárias em dois polos, mas que se assenta em preferências eleitorais estáveis; neste ponto é

importante observar a série histórica de disputas político-partidária no estado: 1945/64: PTB X Anti PTB, 1966/78: Arena X MDB, 1982/90: PMDB X Anti PMDB, 1990/2011: PMDB X PT. Associado a isso, outro fenômeno importante é a alternância no poder entre os dois blocos.⁶ Por fim, apesar de ter havido algumas mudanças no sistema político estadual e nacional, e conseqüentes mudanças de hegemonia, este padrão segue relativamente estável ao longo do tempo.

2 Perfil Político Eleitoral de Porto Alegre:

Como já foi dito, a capital gaúcha se destaca por estar entre as regiões mais urbanizadas do estado. Além disso, é caracterizada por abrigar boa parte da área Industrial da região. Estes fatores determinaram fortemente as características políticas e eleitorais da cidade; dentre outras propriedades do perfil social e político de Porto Alegre, é possível destacar: 1) relativa dominância dos partidos de centro-esquerda, 2) papel central do ideário trabalhista, 3) associativismo, 4) a cidade é composta por uma ampla classe média e 5) Altos índices de participação política.

2.1 Revisão Histórica do Quadro Político Partidário de Porto Alegre

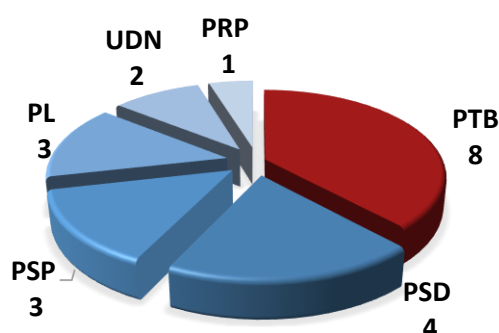
A consolidação dos partidos como estruturas nacionais durante o governo Getúlio Vargas teve impacto contundente sobre a política do estado e do município de Porto Alegre; os partidos já estavam organizados e possuíam um discurso identitário bastante consolidado (Noll e Passos, 1996: 3). Contudo, em todo o Rio Grande do Sul houve uma inversão de posicionamento do PSD, que no restante do país fazia parte da base governista, e no Rio Grande do Sul se colocava como partido de forte oposição ao PTB. Depois das eleições de 1947, estes partidos se mantêm como composições fortes, a oposição ao PTB no estado ganha dois aliados, que sozinhos não tinham grande expressividade, mas que junto ao PSD aumentavam o corpo oposicionista. O predomínio do trabalhismo em Porto Alegre se fez presente e forte, mantendo o PTB como partido hegemônico durante todo o período democrático até o golpe militar (1947-1964); em

⁶ Para observar isso mais claramente, consultar Trindade e Noll (1991: 74-75)

1947 a representação do PTB na Câmara de Vereadores já era maior que a do PSD e PL juntos, como pode ser visto no gráfico 2.1.1.

Com o regime militar e a reforma do sistema partidário instaurada em 1966, o quadro PTB/Anti-PTB, que era vigente no município, foi substituído por outra dicotomia: oposição ao regime ou situação, isto é, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ou Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Apesar de no contexto estadual o PTB não ter conseguido converter sua representatividade para o MDB, em Porto Alegre a hegemonia do PTB se reflete na predominância do MDB no município durante todo o período de regime militar. A hegemonia do MDB o leva a conquistar 2/3 da câmara de vereadores de Porto Alegre em 1976, colocando o município em situação bastante peculiar em relação ao resto do estado, em que o MDB apresentava crescimento, mas não predominância; esta preponderância emedebista pode ser observada na tabela 2.1.2.

2.1.1 - CÂMARA DE VEREADORES- 1947 NÚMERO DE CADEIRAS POR PARTIDO



Fonte: (Noll e Passos, 1996: 9).

2.1.2 – ELEIÇÃO PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE -

QUADRO COMPARATIVO

PARTIDOS	1968	1972	1976
ARENA	35,81	38,81	31,15
MDB	59,19	51,09	58,20
BRANCOS	1,74	3,15	1,76
NULOS	3,33	6,95	3,62

Fonte: (Noll e Passos, 1996: 33).

A reforma partidária de 1979 reestabelece o pluripartidarismo no país. Com isso, a ARENA torna-se PDS, o MDB se divide em PDT (trabalhistas) e o PMDB (composto por políticos menos identificados com a matriz ideológica do antigo PTB), do sindicalismo, dos movimentos sociais e dos grupos de esquerda exilados nasce o PT; além disso, a composição da Câmara passa de 21 para 33 vereadores. As eleições de 1988 e 1992 realizam um fenômeno inédito no pós-45: um mesmo partido (o PT) consegue eleger seu candidato à prefeitura de Porto Alegre por mais de uma vez. A partir deste período a Câmara dos Vereadores de Porto Alegre reassume seu perfil de variação entre cinco a oito partidos, com predominância das bancadas de centro-esquerda⁷.

A ascensão do PT ocorrida desde a abertura democrática até 2000 é consequência, dentre outros fatores, do processo de declínio iniciado pelo PDT combinado à inflexão do PMDB do centro para a direita, pois com isso, o Partido dos Trabalhadores passa a ocupar um espaço fértil na capital gaúcha: a centro-esquerda. No período entre 2000 e 2004 se inicia um processo de decadência do PT enquanto partido majoritário na preferência dos eleitores, Dias, Krause e Noll (2011: 2) apontam como possíveis causas dessa perda de eleitorado: a) a adoção pelo PT, enquanto governo do estado, de medidas que visavam a alteração da “matriz econômica” da região, b) o rompimento entre grupos dentro do Partido dos Trabalhadores, c) o rompimento entre o Britto e o PMDB associado à ascensão de Germano Rigotto, fazendo com que o PMDB retorne ao centro político, e d) a saída de Tarso Genro na metade de seu mandato na prefeitura de Porto Alegre para candidatar-se a governador do estado. Por fim, o pleito eleitoral de 2004 acaba por sacramentar o declínio do PT; após 16 anos, finalmente, a oposição obtém sucesso e elege o candidato José Fogaça (ex-PMDB) representante da aliança PPS/PTB. Além disso, Marengo (2009) destaca associação inversa que começa a se estabelecer entre votos no PT e escolaridade média por bairro.

Outro fator que também chama a atenção é que Porto Alegre tem apresentado uma certa capacidade antecipatória, “adiantando” candidatos ou partidos que depois se consagram em termos estaduais. Este fenômeno revela uma relação simbiótica interessante entre estado e município. No período antes do golpe dois candidatos

⁷ Para uma análise mais detalhada ver Noll e Passos 1996.

conseguem fazer com sucesso a transição de prefeito para governador: Brizola, que foi eleito para o cargo de prefeito em 1955 e já em 1958 concorre e ganha as eleições para governador do estado, e Meneghetti, que foi prefeito de Porto Alegre de 1948 até 1954 e governador do estado nos períodos de 1955 a 1959 e de 1963 a 1966. Após a reabertura democrática mais três políticos conseguiram realizar com sucesso a passagem de prefeito para governador; Alceu Collares pelo PDT foi prefeito de Porto Alegre de 1985 a 1988 e governador do estado de 1991 a 1994, Olívio Dutra do PT foi prefeito no período de 1989 a 1993 e governador de 1999 a 2003 e Tarso Genro foi prefeito de Porto Alegre de 1993 a 1997 e governador do estado de 2010 ao período atual.

2.2 Considerações Finais

Ao analisar a série histórica da política partidária de Porto Alegre, fica claro a preponderância de um eleitorado (classe média) que se posiciona mais à centro-esquerda, justamente por isso o PP – que é um partido de direita forte no restante do estado - é tão fraco na capital. É importante observar, então, que os partidos que conseguem ocupar o espaço por excelência na política porto-alegrense que é a centro-esquerda predominam sobre os outros. O PT conseguiu manter-se nesse espaço de 1989 a 2004, com o isolamento do PT à esquerda a partir de meados dos anos 2000, José Fogaça recupera essa imagem para o PMDB; mais atualmente, quem vem conseguindo cooptar esse eleitorado é o PDT com José Fortunatti (ex-PT).

2.2.1 – PREFEITOS ELEITOS EM PORTO ALEGRE APÓS O REGIME MILITAR

PREFEITO	PARTIDO	MANDATO
Alceu Collares	PDT	1 de janeiro de 1986 1 de janeiro de 1989
Olívio Dutra	PT	1 de janeiro de 1989 1 de janeiro de 1993
Tarso Genro	PT	1 de janeiro de 1993 1 de janeiro de 1997
Raul Pont	PT	1 de janeiro de 1997 1 de janeiro de 2001
Tarso Genro	PT	1 de janeiro de 2001 4 de abril de 2002
João Verle ⁸	PT	4 de abril de 2002 1 de janeiro de 2005
José Fogaça	PPS	1 de janeiro de 2005 30 de março de 2008
José Fogaça	PMDB	30 de março de 2008 29 de março de 2010
José Fortunati ⁹	PDT	30 de março de 2010 Atualmente

3 As eleições municipais de 2008 em Porto Alegre:

É possível apontar alguns fatores que definiram as eleições municipais de 2008 em Porto Alegre. Primeiramente, a importância das estruturas partidárias na administração estratégica da campanha eleitoral e na conquista de um eleitorado partidário. Outra característica determinante é o campo político porto-alegrense polarizado dentro da centro-esquerda. Além disso, a pulverização das identidades políticas da esquerda contribuiu para uma afirmação do desempenho do PMDB como partido preponderante. Por fim, a existência de um “anti-petismo” difuso fazendo com que Fogaça não só atraia o apoio da centro-esquerda, mas também conquistasse votos dentre os eleitores identificados com a direita (Dias, Noll e Krause, 2011: 18).

⁸ Era vice prefeito e assumiu o mandato com a renúncia do então prefeito Tarso Genro para concorrer ao governo do estado.

⁹ Era vice prefeito e assumiu o mandato com a renúncia do então prefeito José Fogaça para concorrer ao governo do estado.

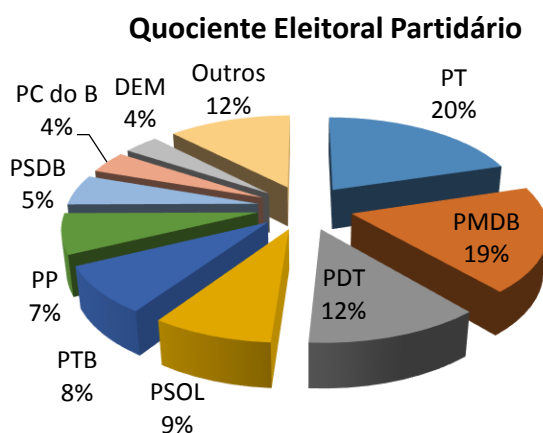
3.1 – PRINCIPAIS CANDIDATOS À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	PARTIDOS
José Fogaça	“Cidade Melhor – Futuro Melhor”	PMDB/PDT/PTB/PSDC
Luciana Genro	“Sol e Verde”	PSOL e PV
Manuela D’Ávila	“Porto Alegre é mais”	PCdoB/PPS/PR/ PTdoB/PMN/ PSB/PTN
Maria do Rosário	“Frente Popular”	PT/PRB/PSL/PTC

O Partido dos Trabalhadores, ao lançar uma candidatura solo (candidato e vice do mesmo partido), deu sequência à trajetória de isolamento político iniciada em 2000, que o colocava dentro de um espaço minoritário da esquerda, deixado em posição de fragilidade em competições eleitorais (Marenco, 2009). Contudo, o PT se mantém como competidor representativo nos pleitos eleitorais devido ao seu capital eleitoral. A comparação do desempenho do PT nas eleições majoritárias e nas eleições para a Câmara Municipal sugere a existência de um eleitorado flutuante conquistado pelo partido durante a campanha eleitoral.

A eleição de Fogaça pelo PMDB revela a relevância do voto retrospectivo para o eleitorado de Porto Alegre. A campanha sustentada por este candidato baseava-se na avaliação positiva do seu governo anterior; já a campanha da principal candidata oposicionista, Maria do Rosário do PT, tinha um posicionamento difuso e buscava exaustivamente – e sem sucesso - relacionar a sua imagem à do então Presidente da República, Lula. Deste modo, o sucesso da campanha de José Fogaça baseada na avaliação retrospectiva resultou em sua eleição para segundo mandato como prefeito de Porto Alegre.

Os dois partidos a conquistar maior base na Câmara são, primeiramente, o PT e, em seguida, o PMDB. Contudo, se analisarmos em termos de coligação, a composição realizada pelo PMDB representa quase 40% do Legislativo enquanto a Frente Popular do PT não chega a 25% da Câmara. Além destes o desempenho individual de outros partidos merece destaque, a saber: PDT, PSOL, PTB e PP.

Gráfico 3.1 – Votação para a Câmara de Vereadores:

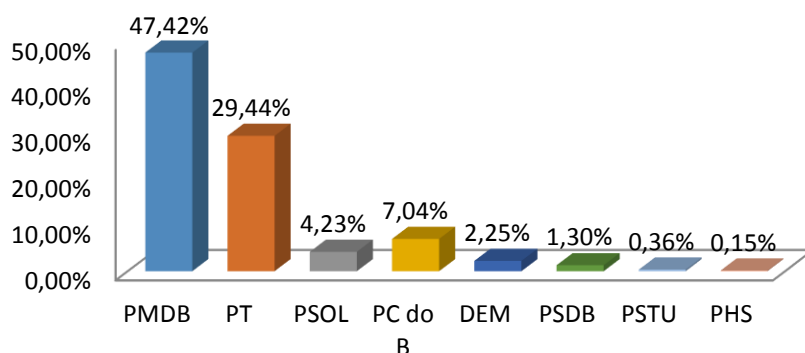
Fonte: TSE – Estatísticas.

É importante observar na tabela 3.1 que foram justamente os dois maiores partidos na câmara que tiveram melhor desempenho na disputa eleitoral para o cargo de prefeito em 2008; chegando a disputar o segundo turno da eleição. Com isso, o PMDB e o PT se colocam no centro da disputa, com uma relativa preponderância do primeiro sobre o segundo. Além destes o PC do B, seguido pelo PSOL, se colocam como opção em destaque para o eleitorado que não se posicionou conforme a dicotomia PT/PMDB, como pode ser visto na tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Votação para Prefeito (principais candidatos):

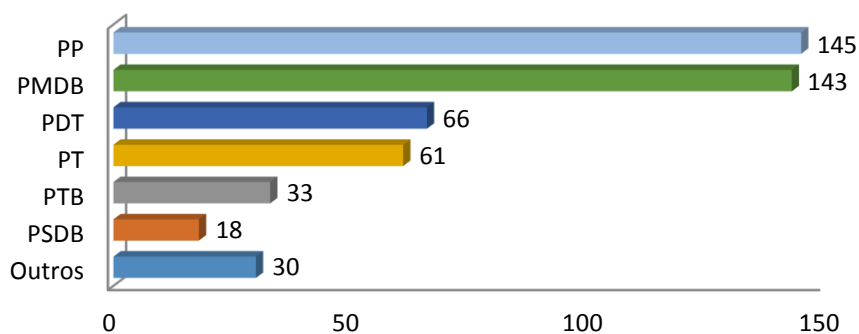
Candidato	Partido	Município	Percentual de votos na cidade
JOSE FOGACA	PMDB	PORTO ALEGRE	47,42%
MARIA DO ROSARIO	PT	PORTO ALEGRE	29,44%
MANUELA D'AVILA	PC do B	PORTO ALEGRE	7,04%

Fonte: UFRGS – Atlas Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Gráfico 3.2 – Votação para Prefeito (todos os candidatos):

Fonte: UFRGS – Atlas Eleitoral do Rio Grande do Sul.

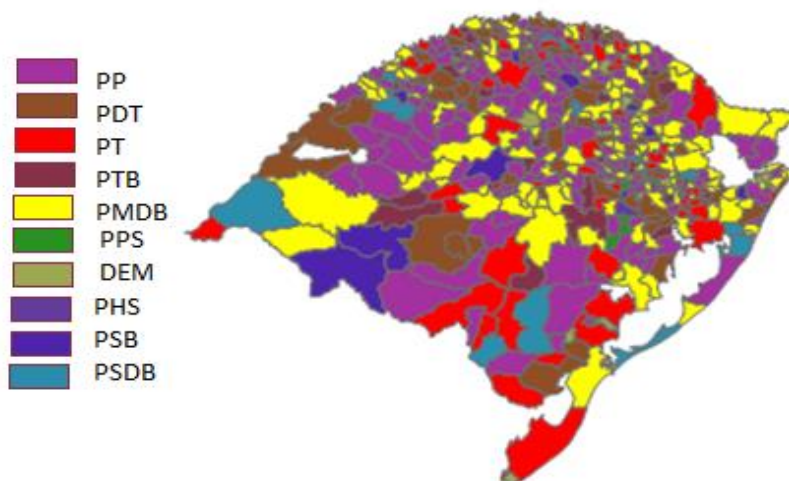
Apesar de o enfoque deste estudo se restringir à cidade de Porto Alegre, é interessante observar o desempenho dos partidos nas eleições para prefeito em todo o Estado para que possamos estabelecer uma comparação entre o padrão de voto da capital e dos demais municípios. Neste sentido, é possível apontar duas conclusões importantes a serem tiradas 1) O PMDB se mantém como um dos partidos mais representativos; é o segundo maior partido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na eleição para a prefeitura de Porto Alegre é o partido com maior votação, já no nível estadual é o segundo maior partido em número de prefeituras. 2) O PT não tem o mesmo desempenho na capital e nos demais municípios do Estado; é o partido com maior base na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o segundo partido com maior votação na disputa pela prefeitura da capital, porém é apenas o quarto partido em número de prefeituras no Estado.

Gráfico 3.3 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido (Rio Grande do Sul):

Fonte: TSE – Estatísticas.

Com base no mapa a seguir é possível afirmar que há uma fragmentação partidária no Estado. O PT apresenta melhor desempenho na capital e região metropolitana, não tendo grande penetração nos municípios mais conservadores; o que, em parte, justifica o caráter de diferenciação da sua atuação nas eleições municipais de Porto Alegre e dos outros municípios do Estado. Outro ponto importante é a habilidade do PMDB em ser o único partido com representatividade em todas as regiões.

Mapa 3.1 – Resultado partidário das eleições municipais no Rio Grande do Sul para o cargo de prefeito:



Fonte: UFRGS – Atlas Eleitoral do Rio Grande do Sul.

3.1 O Sucesso da Campanha Fogaça

Dias, Noll e Krause (2011: 3) afirmam que o uso da análise das campanhas eleitorais é fundamental para compreender o processo de tomada de decisão do eleitor porto alegreense, visto que na opinião de 60% do eleitorado, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral é “importante” ou “muito importante”, e portanto incide na decisão do voto. Deste modo, é importante destacar o papel central do discurso retrospectivo na campanha de Fogaça, sendo que este candidato dedicou 60% de seu

tempo com este tipo de argumentação em 2008¹⁰. Uma prova significativa de que esse posicionamento do candidato do PMDB incidiu de forma contundente sobre os eleitores é o fato de que após o início da propaganda eleitoral houve importante mudança de opinião da população quanto à avaliação do governo.

Tabela 3.1.1 – Evolução da Avaliação do Governo Fogaça:

Avaliação do Governo Fogaça (%)			
	Antes do HGPE (24/07)	Início do HGPE (22/08)	15 dias de HGPE (05/09)
Ótimo / Bom	29,5	34,1	47,1
Regular	43	43	31,5
Ruim / Péssimo	25	20,5	18,9
Não Sabe	2,5	12,4	2,5
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa “Intenção de voto para prefeito de Porto Alegre”, Datafolha, 2008.

Outro assunto relevante abordado por Fogaça em sua campanha eleitoral foi o Orçamento Participativo (OP). O OP era reconhecidamente uma marca do governo PT em Porto Alegre, sob a bandeira da participação e ampliação da democracia. Por isso, durante a campanha, Fogaça busca descolar o OP da imagem do PT, passando a ressignificá-lo como relacionado à uma conquista apenas do povo e que permanece independente da gestão.

Uma aquisição importante realizada pelo candidato do PMDB durante a campanha eleitoral foi a conquista o eleitorado dos bairros mais educados e ricos, que tradicionalmente deveriam ser de domínio de partidos como DEM ou PSDB. O eleitorado do PSDB e do DEM acaba por se localizar nas regiões mais periféricas e pobres da cidade, que estão mais suscetíveis à promessas assistencialistas e clientelistas. Fogaça compôs uma base partidária forte, associou a isso uma campanha de discurso retrospectivo, criando uma imagem favorável ao seu governo; conseguindo assim, ocupar o centro e expandir-se à esquerda, sem com isso perder os votos da direita.

¹⁰ Para observar os dados completos ver Dias, Noll e Krause, 2011:3.

3.2 Os Erros da Oposição

Um dos principais erros dos partidos de oposição foi não estender suas propostas a uma área de interesse do eleitorado flutuante que se coloca no centro. Em geral, este é um eleitorado mediano, que não tem grande interesse por política e não possui identificação partidária. Além disso, não investiram na busca do voto feminino, apesar dos quatro principais candidatos oposicionistas que figuraram a disputa serem mulheres. Outro deslize crucial na campanha dos partidos opositores foi o fato de não utilizarem a crítica ao candidato à reeleição José Fogaça (Dias, Noll e Krause, 2011:17).

Fogaça criou uma imagem positiva acerca de seu mandato e a oposição não buscou desconstruir isso. O PT enquanto principal partido de oposição realizou uma campanha apática, não buscou reivindicar os benefícios de seus governos realizados até 2004 nem criticou a gestão do candidato da situação - deixando Fogaça buscar sozinho o eleitorado que tomou sua decisão baseado no voto retrospectivo. Maria do Rosário ficou restrita aos votos fiéis do PT mantendo seu isolamento à esquerda, além disso buscou insistentemente relacionar sua imagem à do então presidente Lula, porém não obteve sucesso. Manoela D'Ávila do PCdoB a princípio pareceu ter a capacidade de realizar uma candidatura de relativa representatividade, porém não tinha uma base forte e não resistiu à concorrência ao longo da campanha eleitoral, decaindo gradualmente nas pesquisas de intenção de voto.

3.3 Considerações Finais

Com base no que foi exposto, é possível explicar o resultado das eleições de 2008 por um conjunto determinado de fatores. A importância dos partidos é indubitável, especialmente se considerarmos o peso eleitoral da máquina partidária durante a campanha. O uso do discurso retrospectivo associado à avaliação positiva de seu governo foram contundentes para a vitória de José Fogaça. Além disso, o candidato do PMDB conseguiu conquistar o eleitorado de classe média, que, essencialmente, concentra os votos do eixo centro. Outro fator muito presente foi o uso do trabalhismo/associativismo nas campanhas; assunto este que foi muito bem

aproveitado pelo candidato vencedor, ao conseguir dissociar o Orçamento Participativo dos governos petistas.

Marengo (2009) argumenta que o eleitor porto alegreense foi predominantemente pragmático em decidir seu voto baseado em uma avaliação retrospectiva do governo. Outrossim, a forma como os candidatos conseguiram utilizar as pesquisas de opinião no balizamento das estratégias de campanha teve papel central no sucesso ou insucesso de cada candidato (Dias, Noll e Krause, 2011: 2). Com uma esquerda fragmentada e uma deficiência dos partidos de direita em colocar-se como uma oposição significativa para o eleitorado “anti-petista”, o PMDB atuou como um imã que atraía tanto o centro-esquerda quando a direita.

4 As eleições municipais de 2012 em Porto Alegre:

As eleições de 2012 em Porto Alegre foram, de certo modo, uma continuação das eleições de 2008 no delineamento de um novo perfil político eleitoral do município. É possível afirmar que houve a continuidade de vários traços importantes da primeira eleição e a conclusão de algumas tendências que já haviam sido apontadas em 2008. A eleição de 2012 foi, novamente, marcada por uma forte presença do discurso retrospectivo por parte do candidato da situação, culminando na reeleição do prefeito em exercício. Contudo, o candidato José Fortunati do PDT venceu as eleições no primeiro turno, não havendo sequer uma disputa de segundo turno. Além disso, houve uma alteração de protagonismo do partido opositor, em 2008 o principal partido a fazer oposição ao candidato reeleito José Fogaça do PMDB, foi o Partido dos Trabalhadores; já em 2012 o principal partido a fazer oposição ao candidato eleito José Fortunati do PDT foi o PCdoB com Manuela D’Ávila.

4.1 – PRINCIPAIS CANDIDATOS À PREFEITURA DE PORTO ALEGRE EM 2008

CANDIDATO	COLIGAÇÃO	PARTIDOS
José Fortunati	“Por Amor a Porto Alegre”	PMDB/PDT/DEM/PMN/PP/P PS/PRB/PTB/PTN
Roberto Robaina	“Aliança de Esquerda	PSOL e PCB
Manuela D’Ávila	“Juntos por Porto Alegre”	PCdoB/PSD/PHS/PSB/PSC
Adão Villaverde	“Frente Popular– Governo de Verdade”	PT/PR/PV/PPL/PRTB/ PTdoB/PTC
Wambert di Lorenzo	“Porto Alegre para Todos”	PSDB/PRP

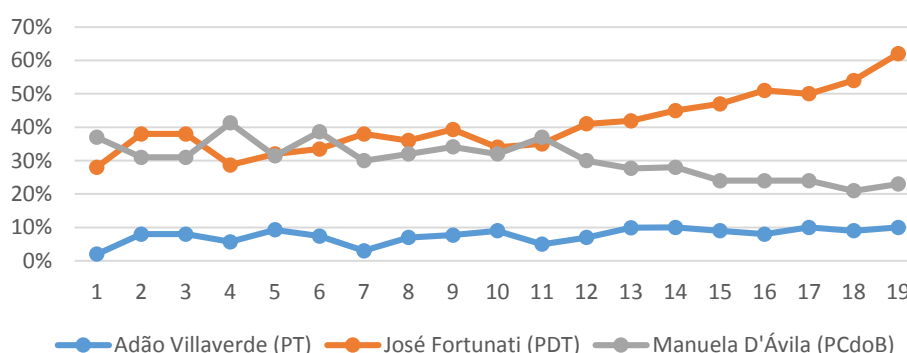
A ascensão do PCdoB e o declínio do PT revela o acirramento do isolamento do PT à esquerda. Na eleição de 2012 o Partido dos Trabalhadores consegue arrecadar apenas os votos do eleitorado fidelizado, com preferência partidária; sua campanha foi apática, com um candidato sem grande expressividade na competição eleitoral – o partido não demonstrou nem mesmo grande interesse na disputa. Além disso, o Datafolha apontava em agosto que Villaverde do PT possuía a maior rejeição entre os candidatos à prefeitura, 16% dos eleitores de Porto Alegre disseram que não votariam em seu nome para prefeito de jeito nenhum. A conquista do eleitorado de centro-esquerda se dá preponderantemente pelo PDT, Manuela D’ávila do PCdoB obtém algum sucesso na cooptação desse, mas representa uma parcela muito pequena. Além disso, Fortunati consegue agregar tanto os votos da direita - especialmente do eleitorado anti-pt/anti-esquerda – quanto os votos do eleitorado que deixou de ter identificação partidária com o PT, visto que o candidato do PDT teve uma história representativa dentro do Partido dos Trabalhadores.

O principal avanço do PCdoB nas eleições em 2012 foi ocupar o lugar do PT enquanto principal partido opositor. Seu posicionamento durante a campanha foi bastante difuso, sem assumir uma temática definida, buscou essencialmente associar ao seu governo uma ideia tecnocrática e a si mesma uma imagem de liderança jovem junto ao governo federal. Contudo, seu desempenho durante a campanha sofreu um oscilação negativa, Manuela começou o período de campanha eleitoral com um

percentual de 37% das intenções de voto¹¹ e terminou com um percentual de apenas 23% das intenções de voto¹².

Em contrapartida, Fortunati (a exemplo de seu antecessor José Fogaça) cresceu significativamente ao longo da campanha eleitoral. No início da disputa, o candidato tinha 28% das intenções de voto¹³, em Outubro o Datafolha aponta que Fortunati possui a preferência de 54% dos eleitores. Entre os outros candidatos, Villa aparecia com 9%; Robaina, com 3%; Wambert, com 2%; Jocelin Azambuja, com 1%; e Erico Correa, que não atingiu 1%. Quanto ao restante do eleitorado, 7% do estava indecisa, e 5% apontava que votaria branco, nulo ou em nenhum candidato¹⁴. O gráfico abaixo apresenta a oscilação do desempenho dos principais candidatos à prefeitura ao longo da campanha eleitoral:

Gráfico 4.1 – Desempenho dos principais candidatos à prefeitura nas eleições de 2012 em Porto Alegre:



Fonte: Pesquisas de intenção de voto: Ibope, Vox Populi, Methodus e Datafolha - Abril a Outubro de 2012.

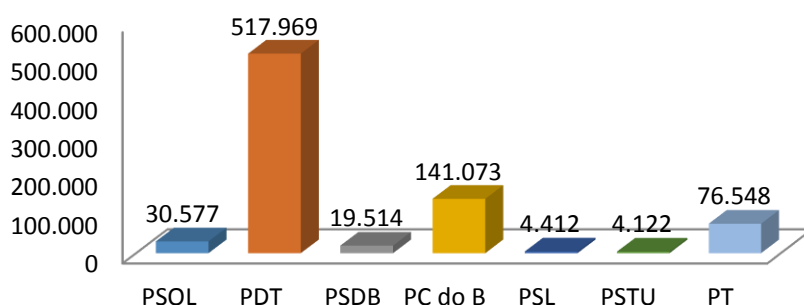
Há um ponto fundamental em comum entre os três principais candidatos à prefeitura de Porto Alegre em 2012: José Fortunati (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Adão Villaverde (PT) compõem a base governista petista no plano nacional. Deste modo, todos buscaram relacionar – sem muito sucesso – sua imagem à do PT nacional. A partir disso, cabe analisar o desempenho dos candidatos na eleições majoritárias:

¹¹ Ibope 7 de Abril de 2012.

¹² Ibope 7 de Outubro de 2012.

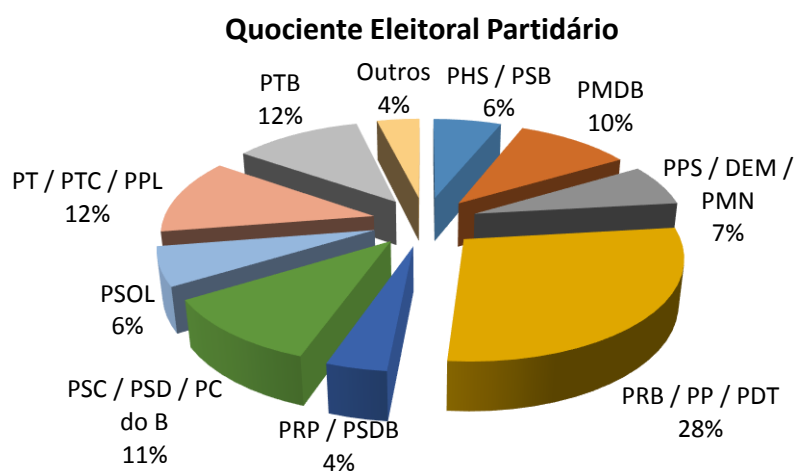
¹³ Ibope 7 de Abril de 2012.

¹⁴ Datafolha Outubro de 2012.

Gráfico 4.2 – Votação para a Prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2012:

Fonte: TSE – Estatísticas.

O gráfico acima mostra a grande superioridade do desempenho do PDT em relação a qualquer outro partido na disputa. Além disso, em comparação às eleições de 2008, há uma troca de posicionamento entre o PT – em queda - e o PC do B, o segundo obtém quase o dobro de votos do primeiro. Evidenciando a diminuição considerável no papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores. O PC do B, por sua vez, manteve a mesma candidata nas duas eleições apostando em seu carisma pessoal e na sua relação com o governo federal. Além destes, é possível observar o papel central do PSOL entre os partidos oposicionistas de esquerda. Com isso, é importante analisar o desempenho destes partidos na Câmara dos Vereadores:

Gráfico 4.3 – Composição da Câmara de Vereadores nas eleições de 2012:

Fonte: TSE – Estatísticas.

A partir deste gráfico, é possível afirmar que a coligação entre PDT/PP/PRB constitui uma grande parte da nova composição da Câmara, dando base forte ao candidato a prefeito ganhador, José Fortunati, do PDT. O PMDB sozinho consegue constituir 10% da Casa Legislativa, ou seja, mais do que a maioria das composições que contam com dois ou mais partidos. O PT, juntamente com o PTC e PPL, consegue a mesma proporção que o PTB sozinho, este é um dado interessante e que contribui para a acentuação da queda do Partido dos Trabalhadores em 2012, visto que nas eleições de 2008 este ainda era o maior partido na Câmara dos Vereadores. Se somarmos o quociente eleitoral partidário na Câmara de vereadores de todos os partidos que compõem a coligação de José Fortunati para as eleições majoritárias (PMDB/PDT/DEM/PMN/PP/PPS/PRB/PTB/PTN), esses partidos chegam a quase 50% da ocupação dessa casa legislativa. Além disso, a ascensão do PC do B fica evidente se observarmos que a frente a qual este partido pertence – e que dará sustentação à candidata Manuela D’ávila nas eleições majoritárias - representa mais do que o dobro de seu desempenho sozinho em 2008.

4.1 O Sucesso da Campanha Fortunati

A campanha eleitoral de Fortunati obteve um excelente desempenho, visto que o candidato não iniciou período como favorito nas pesquisas de intenção de voto e acabou por ganhar as eleições no primeiro turno com uma votação esmagadora. De um modo geral, a campanha de José Fortunati seguiu à risca a receita de seu predecessor José Fogaça em 2008. Utilizou um discurso majoritariamente retrospectivo, aumentando a avaliação positiva de seu governo e passando a proposta de uma continuidade de algo que já está bom. Além disso, o candidato do PDT também busca utilizar o Orçamento Participativo como uma conquista da população e como um compromisso de sua gestão, sem uma ligação direta com os governos PT. É possível, então afirmar que a combinação de três fatores garantiram o sucesso da campanha de José Fortunati em 2012. Primeiramente, o acirramento do isolamento do PT à esquerda. Além disso, a ineficiência da campanha da principal candidata opositora contribuiu para que o candidato do PDT ocupasse quase que sozinho a área mais fértil do eleitorado porto-alegrense, a centro-esquerda. Por fim, a reprodução da estratégia de campanha

que já havia dado certo com José Fogaça na eleição anterior garantiu a José Fortunati uma vitória tranquila da eleição já no primeiro turno – como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 4.1.1 – Votação para Prefeito (principais candidatos):

Candidato	Partido	Município	Percentual de votos na cidade
JOSE FORTUNATI	PDT	PORTO ALEGRE	65,22
MANUELA D'AVILA	PC do B	PORTO ALEGRE	17,76
ADÃO VILLAVERDE	PT	PORTO ALEGRE	9,64

Fonte: UFRGS – Atlas Eleitoral do Rio Grande do Sul.

4.2 Os Erros da Oposição

Os partidos de oposição mantiveram sua postura frágil em relação ao não buscar atingir a área de interesse do eleitorado flutuante de centro. Outro erro repetido foi a não utilização a crítica ao candidato à reeleição. Fortunati, assim como Fogaça, buscou explorar a boa avaliação de seu governo e os candidatos oposicionistas não se preocuparam em tentar problematizar esses supostos benefícios do mandato Fortunati para a cidade.

O PT deixou de ser o principal partido de oposição e manteve uma campanha apática durante toda a disputa, abdicou das referências dos governos realizados pelo partido na capital – deixando, mais uma vez que o candidato situacionista buscasse sozinho os votos retrospectivos. Todos os candidatos buscaram sem sucesso relacionar sua imagem à do governo federal. A principal candidata oposicionista, Manoela D'Ávila do PCdoB, iniciou o período de campanha como favorita entre os eleitores, porém não apresentou uma campanha com um perfil definido ou uma coerência temática, buscando esquizofrenicamente criar para si a imagem de uma líder jovem, tecnocrata de forte atuação no governo federal. O resultado dessa estratégia da candidata do

PCdoB foi a decadência gradual nas pesquisas de intenção de voto e a derrota esmagadora para José Fortunati no primeiro turno.

4.3 Considerações Finais

As eleições de 2012 podem ser compreendidas a partir de um conjunto de fatores bastante similares aos observados nas eleições de 2008. A relevância dos partidos na disputa eleitoral se mantém como algo fundamental. A repetição do uso do discurso retrospectivo associado à avaliação positiva do governo continuam sendo aspectos essenciais na reeleição do candidato da situação. Além disso, o candidato do PDT conseguiu com sucesso herdar do PMDB o eleitorado de centro-esquerda. José Fortunati também utilizou como instrumento de campanha o Orçamento Participativo enquanto algo diretamente relacionado ao povo e com continuidade indiscutível, independentemente do partido governista.

Deste modo, é possível afirmar que as principais características dessa eleição foram: 1) manutenção do eleitorado pelo voto retrospectivo, 2) continuidade do centro-esquerda como um espaço por excelência do eleitor porto-alegrense, 3) a associação do eleitorado ex petista à trajetória de José Fortunati dentro do Partido dos Trabalhadores, 4) todos os principais partidos em disputa faziam parte da base governista nacional, 5) acentuamento do declínio do PT, 6) consequente ascensão do PCdoB e 7) surgimento do PDT como uma terceira via. A principal novidade desta eleição para o perfil político partidário de Porto Alegre é o surgimento de uma terceira via, por meio do PDT. O centro-esquerda sempre foi o espaço eleitoral preponderante em Porto Alegre, isto é, o partido que consegue ocupar este campo, conquista a hegemonia política do município. Ao longo das eleições ocorridas pós-ditadura militar esse campo foi disputado principalmente de forma bipolar - sendo geralmente o PT contra o PMDB ou o PDT. Em 2012 esse lugar é ocupado pelo PDT, porém o PMDB não deixa de estar presente na preferência do eleitorado de centro-esquerda. Além destes dois, sobra espaço, ainda, para um outro partido oposicionista – essa função foi executada pelo PCdoB em 2012, mas pode vir a ser ocupada por outros partidos nas eleições futuras; inclusive pelo PT, se este conseguir fazer uma reconversão estratégica e voltar a caminhar em direção ao centro.

4.3.1 – Disputas para a prefeitura de Porto Alegre a Partir da Década de 90

Ano	Partido Situacionista	Principal Partido Opositorista	Vencedor
1992	PT	PMDB	PT
1996	PT	PSDB	PT
2000	PT	PDT	PT
2004	PT	PPS/ Após José Fogaça muda para o PMDB	PPS/PTB
2008	PMDB	PT	PMDB
2012	PDT - com José Fortunati, que era vice de José Fogaça (PMDB)	PCdoB	PDT

Conclusão:

Na primeira parte do trabalho, nos propomos a realizar uma revisão histórica da trajetória política, econômica e social do Rio Grande do Sul. Com isso, alguns fatores foram definidos como fundamentais em sua formação: a importância da figura do estancieiro como representante da sociedade gaúcha no início de sua formação, a colonização alemã e italiana na estruturação da economia da região norte, e o papel do estado como uma instituição altamente centralizadora. No que concerne ao comportamento político eleitoral, há três pontos que merecem destaque: a dicotomização das preferências partidárias, a alternância no poder entre dois blocos e a presença marcante do trabalhismo. Em seguida, buscamos analisar a história política eleitoral de Porto Alegre a partir de duas perspectivas complementares. Primeiramente, avaliamos a forma com que política estadual interferiu na formação do quadro político porto alegreense. Ao mesmo passo, procuramos observar quais são as características próprias de Porto Alegre, isto é, em que o município se difere do estado.

A principal característica peculiar do eleitorado porto alegreense é o seu posicionamento preponderantemente mais ao centro-esquerda. Essa constatação se tornou fundamental ao longo do estudo, visto que foi observada a predominância política e eleitoral dos partidos que conseguiram ocupar esse espaço por excelência da política porto-alegrense. Com a análise dos casos das eleições de 2008 e 2012 foi possível apontar quais são os aspectos cruciais para decisão do voto do eleitorado porto alegreense. Dentre os principais: a obtenção de uma base partidária sólida; a construção de coligações fortes; o uso do discurso retrospectivo associado à uma avaliação positiva de governo; e a temática relativa ao trabalhismo/associativismo.

Dessa forma, há alguns instrumentos aos quais os candidatos às eleições majoritárias no município devem dar especial atenção. As pesquisas de opinião se configuram como outra ferramenta eficiente no balizamento das estratégias de campanha. Outro fator importante é a conquista do eleitorado de classe média, que concentra os votos do eixo centro. O horário gratuito de propaganda eleitoral também se mostra como algo que tem influência sobre o voto em Porto Alegre. Com isso, a capacidade do candidato de traçar uma estratégia que abranja uma temática plural e que atinja o eleitorado médio, se torna um requisito fundamental para o sucesso de uma campanha.

Antes de realizar uma comparação final entre as duas eleições e definir o perfil atual do eleitorado porto alegreense, é preciso desenhar o quadro descritivo dos principais fatores formadores da identidade política partidária da região. É importante perceber que as disputas eleitorais ao longo de toda a história do estado e de Porto Alegre sempre foram bipolarizadas. Outra característica essencial do eleitorado gaúcho, é o seu nível relativamente alto de politização e identificação partidária – reforçando a hipótese de que a base e a coligação são estruturas fundamentais na decisão do voto da maioria dos gaúchos. Em consequência disso, outro quesito importante é a relativa correspondência entre o desempenho dos partidos nas eleições proporcionais e majoritárias. Porto Alegre é composta por um eleitorado preponderantemente de classe média identificado com o viés centro-esquerdista. Por último, as temáticas relativas ao trabalhismo/associativismo configuram um tipo de discurso representativo e importante ao longo de toda a história do estado e do município.

Finalmente, a comparação entre as eleições de 2008 e de 2012 em Porto Alegre sugere que façamos um paralelo entre as semelhanças e diferenças existentes. É possível apontar muitas similaridades entre os dois pleitos eleitorais. A relevância dos partidos se mantém como algo fundamental na disputa. Quanto ao comportamento dos candidatos vencedores podem ser elencados como pontos de convergência principais: o uso do discurso retrospectivo associado à avaliação positiva de sua gestão, o sucesso na cooptação do eleitorado de centro-esquerda e a utilização do discurso associativista por meio do Orçamento Participativo. Quanto ao comportamento da oposição, também é possível apontar algumas repetições: uso de discurso difuso e pouco posicionado, apatia das campanhas petistas e a não utilização da crítica ao candidato situacionista ou à sua gestão.

A consequência prática dessa dinâmica ao longo das campanhas em 2008 e 2012, foi o crescimento da aprovação do governo candidato situacionista e a queda dos candidatos de oposição nas pesquisas de intenção de voto. Quanto às questões especificamente partidárias, os resultados principais foram: o acirramento da decadência e do isolamento à esquerda por parte do Partido dos Trabalhadores e a ascensão gradual do PCdoB enquanto partido opositor e de base representativa no Legislativo. É possível, por fim, afirmar que as principais características das duas últimas

eleições municipais em Porto Alegre foram: 1) manutenção do eleitorado de voto retrospectivo, 2) continuidade do centro-esquerda como um espaço por excelência do eleitor porto-alegrense. 5) a mudança do peso e papel político de alguns partidos no município.

A principal mudança no perfil político partidário de Porto Alegre ocorrida de uma eleição para a outra, é o surgimento de uma terceira via, por meio do PDT. Como destacado anteriormente, a trajetória política partidária do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre é fortemente demarcada pela existência de uma bipolarização da disputa eleitoral, um de enfoque trabalhista e outro conservador – ou pode, ainda, ser descrita, como uma competição entre um partido de viés trabalhista e outro partido que se caracteriza, fundamentalmente, por ser “anti” o primeiro – PTB X AntiPTB, PT X AntiPT. Contudo, é preciso ressaltar que mesmo um sendo trabalhista e outro conservador, em Porto Alegre, ambos se colocam no campo da centro-esquerda.

Em 2012 houve uma mudança nesse jogo político eleitoral. A disputa ficou centrada entre o PDT e o PCdoB, mas nenhum partido se colocou como antagonista direto, ou “anti” o outro. Além disso, sobrou espaço, ainda, para um outro partido oposicionista – essa função foi executada de forma fraca pelo PT em 2012, mas pode vir a ser ocupada de forma mais contundente por outros partidos nas eleições futuras. O próprio Partido dos Trabalhadores, pode vir a realizar esse papel de forma mais representativa, se conseguir fazer uma reconversão estratégica e voltar a caminhar em direção ao centro.

Deste modo, as três hipóteses propostas neste estudo foram corroboradas. A análise retrospectiva das eleições no estado e em Porto Alegre, além da comparação entre o desempenho dos partidos nas eleições para o Executivo e para a Câmara, confirmam a importância dos partidos e das coligações nas eleições. O posicionamento dos partidos que protagonizaram as disputas em 2008 e 2012 e a queda do Partido dos Trabalhadores demonstram a permanência de um eleitorado em Porto Alegre preponderantemente de centro-esquerda. Por fim, a mudança no quadro da disputa eleitoral em 2012 configura a possibilidade de um novo padrão político no município; o

surgimento de uma terceira via partidária inaugura um novo modelo que pode ser descrito como “tripolar”.

Para trabalhos futuros seria interessante dar um enfoque maior a trajetória petista em Porto Alegre e buscar compreender, de forma mais aprofundada, quais as razões que provocaram a sua decadência no município. Outra questão interessante seria, com a realização das eleições em 2016, observar se o novo modelo “tripolar” iria se manter e, em caso afirmativo, quais seriam as suas consequências no quadro político. Em uma análise mais macro, poder-se-ia, também, fazer uma comparação mais direta entre a política partidária de Porto Alegre com a do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo principal analisar o desempenho dos partidos nas duas unidades, buscando definir as semelhanças e diferenças entre os fatores determinantes do voto nos dois eleitorados.

Bibliografia:

- ALONSO, José A. F.; BANDEIRA, Pedro S. “Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80”. In: ALEMEIDA, Pedro F. C. de (org). *A economia gaúcha e os anos 80*. Porto Alegre, FEE, 1990. P. 67-130.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande Sul e padrões de participação política. *Cadernos de Ciência Política*. Série: Pré-edições, n. 3. Porto Alegre, Universidade / UFRGS, 1995.
- BAQUERO, Marcello; Prá, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1962.
- DIAS, M. R. ; KRAUSE, Silvana ; NOLL, M. I. S. . O eleitor portoalegrense: voto retrospectivo, identidade partidária e estabilidade política. In: Lavareda, Antonio; Telles, Helcimara. (Org.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito*. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, v. , p. 229-262.
- FERRAZ, Francisco. As Eleições de 1974 e o Futuro do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: Fleischer, David V. (Org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 235-269.
- GRILL, Igor G. . *Bases Sociais e interpretes da “tradição trabalhista” no RS*. Revista Dados, v.48, nº 3, 2005.
- LOVE, Joseph L. . *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

- MARQUES, José Luís. *Rio Grande do Sul: a vitória da esquerda*. Porto Alegre: 1ªed. Vozes,1998.
- MARENCO, André. Voto em dois tempos: Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre. In: Baquero, Marcello. Cremonese, Dejalma (Org). *Eleições Municipais 2008: Uma análise do Comportamento Eleitoral Brasileiro*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2009. p. 67-81.
- PASSOS, Manoel C. A.; NOLL, Maria Izabel. Eleições Municipais em Porto Alegre (1947 – 1992). *Cadernos de Ciência Política*. Série: Relatos de Pesquisa, n. 4. Porto Alegre, Universidade / UFRGS, 1996.
- TAVARES, José Antônio Giusti. **Rio Grande do Sul**: O sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: Júnior, Olavo Brasil de Lima (Org). *O Sistema Partidário Brasileiro: diversidades e tendências 1982-94*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 165-211.
- TRINDADE, Helgio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974). In: Cardoso, Fernando Henrique. Lamounier, Bolívar (Org). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 153-204.
- TRINDADE, Hélgio. Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à Criação do Bipartidarismo (1950-1976). In: Fleischer, David V. (Org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 190-235.
- TRINDADE, Helgio. NOLL, M. I. S. . *Rio Grande da América do Sul – Partidos e Eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

- TRINDADE, Helgio. NOLL, M. I. S. . Estatísticas Eleitorais do *Rio Grande da América do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.
- TRINDADE, Helgio. NOLL, M. I. S. . *Subsídios para a história do parlamento gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do RS, CORAG, 2005.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro/São Paulo. DIFEL, 1978.
- XAUSA, Leônidas. FERRAZ, Francisco. O Surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas Eleições de 1966. In: Fleischer, David V. (Org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 145-190.
- <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2012/10/1167319-na-vespera-da-eleicao-fortunati-tem-61-dos-votos-validos-e-venceria-no-1-turno.shtml> Acessado em: 04/11/2013.
- <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2012/08/1148164-apos-inicio-do-horario-eleitoral-fortunati-pdt-e-manuela-pc-do-b-empatam-na-disputa-por-porto-alegre.shtml> Acessado em: 04/11/2013.